

## Autorizados empréstimos para comprar helicópteros e fortalecer as reservas

Recursos previstos na mensagem do governo para ajuste setorial na Previdência são destinados ao financiamento do balanço de pagamentos, a fim de recompor as reservas do país, e causam debate com a participação de vários senadores



### Divisão do mercado mundial



Em audiência conjunta, CAE e CI ouviram presidentes de empresas e representantes do governo sobre as dificuldades da aviação comercial

O Plenário do Senado autorizou ontem dois empréstimos internacionais: um, no valor de US\$ 97,8 milhões, destinado ao financiamento da importação de oito helicópteros franceses e

o outro, no total de US\$ 505 milhões, junto ao Bird, para a recomposição das reservas cambiais, conforme o voto do relator na Comissão de Assuntos Sociais, senador Osmar Dias.

PÁGINAS 3 E 4

## Vai à sanção projeto que regula a produção de cloro

PÁGINA 5

### O CLORO

#### APLICAÇÕES

- Na potabilização da água
- Na desinfecção de resíduos industriais e de piscinas
- No branqueamento de fibras vegetais (como algodão e linho) e de polpa de papel
- Na produção de substâncias industriais (tetradoreto de carbono, clorobenzenos, etilenoglicol, glicerina sintética, etc.)

#### RISCOS

- O cloro é uma substância perigosa, requerendo-se cuidados especiais no manuseio
- Quando em contato com os olhos ou a pele, pode causar graves queimaduras
- Se exposto ao ar, vaporiza-se de imediato com efeitos irritantes e uma ação sufocante (\*)
- Dependendo da dosagem, sua inalação pode ser letal

(\*) Estes efeitos foram aproveitados durante a I Guerra Mundial, onde se usaram gases mortíferos feitos à base de cloro

Fonte: Faculdade de Ciência e Tecnologia/Universidade de Coimbra.

## EMPRESAS AÉREAS RECLAMAM DE IMPOSTOS, GOVERNO ESTUDA COMPENSAÇÃO PARA VÔOS DEFICITÁRIOS

PÁGINAS 6 E 7



**O** senador Antonio Carlos Magalhães pediu ontem, em Plenário, apoio à proposta de transformar o Orçamento da União em impositivo e determinativo. O objetivo é, sobretudo, “dar mais força ao Legislativo”, explicou Antonio Carlos, que à noite recebeu, no gabinete da presidência do Senado, um grupo de deputados mineiros (foto).

PÁGINA 10



## Deputado denuncia prefeito à CPI

Ontem a comissão ouviu presidentes de sindicatos de empresas transportadoras.

PÁGINA 8

CPI do Roubo de Cargas recebeu documentos da CPI do Narcotráfico



## CCJ analisa hoje piso regional e proibição de armas

Com 18 matérias na pauta, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania discute também proibição de propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas.

PÁGINA 8

## CAS vota criação da Agência Nacional de Águas

Projeto já aprovado na Câmara entra na pauta da comissão em regime de urgência e tem parecer favorável.

PÁGINA 8



## PLENÁRIO/VOTAÇÕES

# Ajuste terá US\$ 505 milhões do Banco Mundial

O Senado aprovou ontem autorização para o Brasil contrair empréstimo externo de US\$ 505 milhões com o Banco Mundial (Bird), destinado ao ajuste setorial da Previdência. O projeto de resolução vai agora a promulgação. Manifestando-se contra o fato de que o dinheiro servirá, na verdade, para pagar a dívida externa, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) conseguiu fazer a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pronunciar-se antes sobre o assunto.

Em Plenário, o presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), nomeou-se relator da matéria, manifestando-se favorável à autorização. Referindo-se ao discurso freqüentemente ouvido na Casa contra o Fundo Monetário Internacional, Osmar Dias explicou que, com esse endividamento, o Brasil “está saindo exatamente das garras do FMI para fazer um empréstimo junto ao Banco Mundial”.

Osmar Dias também observou que esta é uma operação “que vai exatamente no caminho das reformas estruturais, visto que dá condições para que o Brasil, a médio e a longo prazo, possa alcançar seu equilíbrio fiscal”. Ele sustentou que a operação será benéfica à população brasileira.

O empréstimo será concedido na modalidade de ajuste setorial da Previdência Social, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil. Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) reconheceu que os recursos não serão usados em investimento, mas no pagamento da dívida externa e na manutenção do nível das reservas internacionais.

Em sua mensagem, o governo diz que a finalidade da operação é apoiar as medidas adotadas para manter o nível de despesa e investimento público na área social, no atual contexto de contração da atividade econômica. Outro objetivo é contribuir para a manutenção da estabilidade macroeconômica, de forma a restaurar a confiança no mercado de capitais nacional.

## Recursos elevam a credibilidade do país, afirma Osmar

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Osmar Dias (PSDB-PR), assumiu a relatoria e apresentou voto pela aprovação do pedido de empréstimo no valor de US\$ 505 milhões, feito pelo governo brasileiro ao Banco Mundial (Bird) e formalmente destinado à segunda fase da reforma da Previdência. A matéria já havia recebido parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos, mas a senadora Heloísa Helena (PT-AL) havia solicitado também a audiência da CAS sobre o assunto. Osmar Dias disse que relatava a matéria em Plenário para ganhar tempo, uma vez que o



Osmar Dias

empréstimo é muito importante para o país.

Osmar Dias explicou que, embora a mensagem presidencial que acompanha o pedido de autorização para o empréstimo afirme que os recursos se destinam à reforma da Previdência, o Banco Central informou que o empréstimo será utilizado para recompor as reservas cambiais, financiando o balanço de pagamentos.

Para o senador, as crises internacionais continuam ameaçando economias como a do Brasil e da Argentina e o empréstimo, além de não implicar gasto adicional, ajudará a fortalecer a credibilidade dos investidores internacionais. “O ministro Pedro Malan confirmou por telefone, há 15 minutos, que esses recursos não serão utilizados no pagamento da dívida externa, mas sim no financiamento do balanço de pagamentos e no fortalecimento das reservas cambiais”, afirmou Osmar Dias.

## Valadares diz que dinheiro cobrirá dívida não paga

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) criticou o pedido de empréstimo do governo ao Banco Mundial. Para ele, trata-se de um “papagaio”, ou seja, um empréstimo feito para cobrir dívida não paga. Valadares considera muito improvável que os recursos venham a ser incorporados às reservas internacionais, uma vez que representam percentual muito pequeno da dívida externa.

— Essa é uma justificativa para dizer aos nossos credores que temos boa vontade em pagar nossos débitos — disse Valadares. O senador protestou contra o volume de recursos destinados pelo governo ao pagamento de juros, que consomem 80% do Orçamento, segundo Valadares.



Valadares

## Reservas serão fortalecidas, prevê Fogaça

Ao discutir o empréstimo de US\$ 505 milhões junto ao Banco Mundial, o senador José Fogaça (PMDB-RS) reconheceu que sua destinação é lastrear as reservas monetárias do país, mas garantiu que a operação é benéfica. Ele explicou que esse empréstimo não se destina a modernizar a Previdência Social, mas trata-se de uma vinculação exigida pelo Bird com a finalidade de manter um patamar de gastos sociais no país.

Segundo Fogaça, a solidez das reservas garante que os credores aceitarão juros menores ao trocar títulos da dívida pública brasileira e, por isso, o empréstimo é bom para o perfil da dívida. Ele disse que votará a favor do pedido porque esses recursos já estão dentro das expectativas do governo e, portanto, o país precisa desse dinheiro, concluiu.



José Fogaça

## Lauro compara Brasil a devedor nas mãos de agiota

Chamar a situação do Brasil de estabilidade econômica, com “a dívida externa crescendo mais que bananeira”, reproduz, na opinião do senador Lauro Campos (PT-DF), o comportamento do devedor que está nas mãos do agiota. Como este, que empresta para que o devedor pague a dívida e a torne ainda maior, o governo brasileiro realiza operações para repor reservas e continuar amortizando — e aumentando ainda mais — sua dívida.

Citando o ministro da Fazenda, Pedro Malan, que teria recorrido à imagem do cachorro que abana o rabo para mostrar o início do processo de endividamento externo, Lauro disse que o país já está na fase em que o rabo abana o cachorro: a dívida externa comanda o país devedor.



Lauro Campos

## Aposentados vão perder, alerta Sebastião Rocha

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou que votava contra a autorização para a contratação, pela União, de empréstimo junto ao Banco Mundial por não concordar com as bases da modernização da Previdência que o governo está propondo. De acordo com a mensagem presidencial que acompanha a matéria, o empréstimo será contratado na modalidade de ajuste setorial da Previdência. “O governo quer eliminar direitos dos aposentados para poder achatar seus salários futuros e isso eu não posso aceitar”, disse.

Rocha aproveitou a oportunidade para elogiar a proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de orçamento impositivo, que obrigará o governo a efetivar as emendas dos congressistas.



Sebastião Rocha

## Heloísa aponta financiamento da agiotagem externa

Ao destacar que o empréstimo não financiará nenhum ajuste na Previdência, não será investido em nada no Brasil e nem mesmo poderá ser convertido em reais, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) garantiu que a própria mensagem presidencial que acompanhou o pedido de autorização ao Congresso é clara: os recursos serão aplicados na amortização da dívida externa brasileira, ou seja, “financiarão a agiotagem internacional”.

Heloísa Helena notou que o mesmo ocorreu com outro pedido de empréstimo, já aprovado pelo Senado, que aparentemente seria aplicado em investimentos na rede de proteção social, mas de fato também destinava-se ao abatimento da dívida.



Heloísa Helena

## Dutra constata que juros agora são maiores

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) criticou as “reviravoltas” nos argumentos utilizados pela equipe econômica para justificar os pedidos de autorização para empréstimos internacionais. Segundo ele, o próprio ministro da Fazenda, Pedro Malan, garantiu que o governo estava abrindo mão da quarta parcela do empréstimo contratado em 1999 junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), porque as reservas cambiais estavam recompostas.

Dutra disse estar assustado com o pedido de US\$ 505 milhões, porque as condições não são favoráveis. De acordo com o senador, os juros desta operação junto ao Bird são bem maiores do que os do empréstimo concedido, no ano passado, pelo BID, pelo BIS e pelo próprio Bird.



José Eduardo Dutra

## PLENÁRIO/VOTAÇÕES

# Aprovado empréstimo para compra de helicópteros

Vai a promulgação projeto de resolução aprovado ontem pelo Senado autorizando o governo brasileiro a contrair empréstimo de US\$ 97,8 milhões junto ao Banque Nationale de Paris (BNP), para financiar a importação de oito helicópteros Cougar, assim como serviços a serem fornecidos pela Eurocopter S.A.

Em defesa da autorização, o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), sustentou que as condições financeiras do empréstimo estão plenamente compatíveis com o mercado internacional, não havendo o que se opor a elas, nem quanto às cláusulas contratuais, "uma vez que estas e aquelas estão de acordo com as regras do mercado".

Althoff definiu como tecnicamente válidos os argumentos apresentados em Plenário contra e a favor do empréstimo e pediu que os senadores aprovassem a autorização. Também lembrou

que a operação será contratada no âmbito do Programa de Reaparelhamento do Ministério da Defesa e que o Senado tem-se manifestado tradicionalmente favorável à aprovação de empréstimos dessa natureza.

Doze senadores falaram em Plenário sobre a autorização do empréstimo. Os que defenderam a operação lembraram a carência de equipamento das Forças Armadas. Os senadores também argumentaram que a compra dos helicópteros dispensa licitação porque as aeronaves não têm similar no mercado internacional. Além disso, observaram, obedecem à padronização exigida pelo Ministério do Exército.

## SUCATEAMENTO

Os senadores do Bloco Oposição manifestaram-se contra a autorização. A líder oposicionista Heloísa Helena (PT-AL) lastimou o sucateamento das Forças Armadas e censurou o governo por cortar recursos no Orça-



Relator da proposta na CAE, Althoff garantiu que as condições do empréstimo estão compatíveis com o mercado



Jader apoiou o empréstimo e manifestou sua expectativa de que o governo dê maior atenção às Forças Armadas

mento e, ao mesmo tempo, aumentar o endividamento do país. Ao manifestar-se favorável ao empréstimo, o líder do PMDB, Jader Barbalho (PMDB-PA), expressou sua expectativa de que o governo dê maior atenção às Forças Armadas.

## Sarney faz apelo em favor de mais equipamentos para Forças Armadas

Ex-presidente da República, o senador José Sarney (PMDB-AP) defendeu ontem o empréstimo de US\$ 97,8 milhões que o governo brasileiro contratará para financiar a compra de oito helicópteros para o Ministério da Defesa. "Conheço profundamente o problema das Forças Armadas", disse o ex-presidente, para assegurar que o Brasil não tem condições de produzir esses helicópteros.

Ele afirmou que, diante de um projeto destinando recursos para o equipamento das Forças Armadas, só pode pedir ao Legislativo que o aprove. "Não podemos de nenhuma maneira deixar de equipar as Forças Armadas, que são responsáveis pela defesa do país. Nenhum país moderno prescinde de forças armadas capazes de defender sua soberania", observou Sarney.

Na opinião do ex-presidente, o fato de o Brasil estar sem recursos é mais um motivo para aprovar essa autorização de empréstimo. Em sua opinião, o país tem que se valer dos financiamentos oferecidos e ter consciência da necessidade de equipar sua defe-



Sarney diz que nenhum país moderno prescinde de forças armadas capazes de defender sua soberania

sa, sem ressentimentos. "Não podemos julgar as Forças Armadas como instituição pelos erros cometidos por setores. Hoje, pela Constituição, elas estão submetidas ao poder civil, que é a síntese de todos os poderes", afirmou.

Sarney explicou que a Constituição de 1988 preservou quase que inteiramente a definição que existia em todas as outras constituições sobre a função das Forças Armadas. Mas, em razão de acordo político, do qual ele participou como presidente da República, ficou consagrado que, a partir de então, as Forças Armadas podem ser utilizadas por qualquer poder

para defender as instituições. "Isso foi um avanço extraordinário. Elas não estão a serviço só do Executivo. Têm a missão maior da guarda constitucional, a serviço também do Legislativo e do Judiciário", assegurou ele.

Na opinião de Sarney, no momento em que as Forças Armadas estiverem totalmente dedicadas a seus deveres profissionais, a sociedade terá afastada qualquer ameaça de militarismo. Por isso, o Brasil precisa de uma Aeronáutica, uma Marinha e um Exército profissionalizados, "em defesa da ordem e das instituições democráticas do país.

## Renovada concessão de emissora de TV do SBT no Rio de Janeiro

O Senado decidiu ontem renovar a concessão da TVSBT, canal 11, do Rio de Janeiro. O PT se absteve de votar, enquanto o senador Tião Viana (PT-AC) manifestou-se a favor e Lauro Campos (PT-DF), contra. A matéria vai agora a promulgação.

Quando a matéria foi examinada na Comissão de Educação, o relator, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), referiu-se às reações de segmentos da sociedade contra a veiculação de programação medíocre e total desrespeito aos direitos e valores do público. Mas, em virtude de compromisso assumido pelo SBT de incluir em sua grade programas de natureza jornalística e campanhas educativas e de prestação de serviços, Távola manifestou-se favorável à renovação da concessão.

Ele reconheceu o investimento, os empregos gerados e o esforço produtivo da emissora, mas disse esperar a volta das novelas e de programas infantis educativos. Conforme o parlamentar, a redução do jornalismo da emissora aos 5% de informação obrigatórios por lei, a inexistência de programação infantil de caráter formativo, o apelo fácil à ideologia do dinheiro e os exageros de concursos de sorteio compõem uma grade de



Távola apoiou a renovação da concessão depois do compromisso do SBT de melhorar programação

programação padronizada e de baixa qualidade, produzida segundo o critério único dos índices de audiência.

## RÁDIOS

Na mesma sessão, o Plenário renovou as concessões para o funcionamento do Sistema Clube de Comunicação, de Ribeirão Preto (SP), e da Rádio e TV Maira, de Candeias do Jamari (RO). Decidiu também autorizar o governo do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Feijó (AC). As matérias vão agora a promulgação.

## PLENÁRIO/VOTAÇÕES

# Definidas regras para a produção de cloro



O projeto aprovado pelo Senado procura evitar que a produção de cloro cause danos ao meio ambiente ou à saúde

## Congresso se reúne para votar Plano Plurianual

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, convocou ontem sessão conjunta do Congresso Nacional para amanhã, às 10 horas, destinada à apreciação do projeto de lei que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003.

Em virtude disso, não haverá sessão ordinária amanhã pela manhã.

Antonio Carlos convocou também sessão conjunta para o próximo dia 15, às 10 horas, destinada à apreciação de vetos presidenciais.

## Suplicy pede a governo para receber comissão de servidores

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ontem em Plenário que vai propor ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, que receba representantes dos servidores públicos em greve. Suplicy pretende aproveitar a presença de Martus na tarde de hoje na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para lhe fazer esse apelo.

Segundo o senador, é da máxima importância que o governo dialogue com os servidores para mostrar o que é possível fazer para se resolver o impasse. Suplicy chamou a atenção para o fato de a crise atual prejudicar o andamento de uma série de programas importantes para a população.



Eduardo Suplicy anunciou que fará o apelo ao ministro do Planejamento, Martus Tavares

Reconhecendo a necessidade de um ordenamento jurídico que regule a produção de cloro em todo o país, o Senado aprovou ontem e enviará a sanção presidencial projeto de lei do deputado federal Jair Meneghelli disciplinando o assunto.

Elemento químico gasoso utilizado no tratamento de água e em várias indústrias, o cloro é largamente utilizado pelo sistema público de saúde, na desinfecção dos sistemas de água potável, na lavoura e na fabricação de medicamentos.

O projeto mantém as tecnologias atualmente em uso no país para a produção de cloro pelo processo de eletrólise, desde que atendidas várias exigências.

Destacam-se, entre elas, o cumprimento da legislação de segurança, a análise dos riscos decorrentes da utilização da

substância, a adoção de plano de proteção à comunidade em situações de emergência, assim como de plano de proteção ambiental.

### PUNIÇÕES

As infrações à nova lei podem ser punidas com advertência, multa, suspensão temporária e até a suspensão definitiva da atividade industrial.

Será também exigido o controle gerencial do mercúrio nas empresas que o utilizam na produção de cloro, ficando tais estabelecimentos obrigados a manter paredes, pisos e demais instalações construídas de forma a minimizar perdas de mercúrio.

Outra exigência será a utilização de um sistema gerencial de controle do amianto, que inclui vestiários adequados para o acesso às áreas em que ele for utilizado.



## RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 2000

**1**

Projeto de Resolução nº 55, de 2000. CAE. Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor de US\$ 97.855.732,20, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o *Banque Nationale de Paris (BNP)*, destinada ao financiamento de importação de 8 (oito) helicópteros Cougar e serviços a serem fornecidos pela Eurocopter S.A.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**2**

Projeto de Resolução nº 56, de 2000. CAE. Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor equivalente a até US\$ 505.060.000,00, na modalidade de ajuste setorial da Previdência Social – segunda fase, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional ao Brasil.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**3**

Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1999. Dispõe sobre a produção de cloro e dá outras providências.

**Resultado:** Aprovado. À sanção.

**4**

Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 1997. Renova a concessão deferida ao SBT – Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda. (RJ).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**5**

Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 1999. (nº 38/99, na Câmara dos Deputados). Renova a permissão do Sistema Clube de Comunicação Ltda. para rádio FM em Ribeirão Preto (SP).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**6**

Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2000. Outorga permissão à Rádio e TV Maira FM em Candeias do Jamari (RO).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**7**

Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2000. Autoriza o estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Feijó (AC).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

**8**

Requerimento nº 277, de 2000. Senador Luiz Pontes. Solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2000, de sua autoria.

**Resultado:** Aprovado. O Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2000, vai ao arquivo.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Conecte-se ao  
Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades  
do Senado, no momento  
em que estão acontecendo.

Subsecretaria de Projetos Especiais - INCEM

www.senado.gov.br

Os problemas enfrentados pela aviação civil foram discutidos ontem de manhã em audiência pública no Senado, promovida conjuntamente pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Participaram dos debates presidentes de companhias aéreas, como o da TAM, Rolim Adolfo Amaro, e da Varig, Ozires Silva. Estiveram



presentes, também, o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos Baptista; o diretor do Departamento de Aviação Civil (DAC), brigadeiro Venâncio Grossi; e o presidente da Infraero, Fernando Perrone. A audiência pública foi coordenada pelos presidentes da CAE, senador Ney Suassuna, e da CI, senadora Emilia Fernandes.

## Companhias reclamam do excesso de impostos

Na audiência pública promovida pela CAE e pela CI, os presidentes da Varig, Ozires Silva, e da TAM, Rolim Amaro, pediram aos senadores que sejam estabelecidas condições mais favoráveis para operação de serviços aéreos nos mercados doméstico e internacional. Ambos reclamaram do grande número de taxas e impostos que, segundo seus dados, chegam a consumir mais de 35% das receitas das empresas aéreas.

Na visão dos empresários, o Congresso tem grande importância neste momento, quando se discute a reformulação das relações entre o governo, poder concedente das linhas aéreas, e a indústria, por meio da proposta de criação da Agência Nacional de Aviação Civil e um novo Código Brasileiro de Aeronáutica.

Rolim apresentou gráfico indicando que, em dez anos de operação, a TAM pagou R\$ 1,89 bilhão em impostos, taxas e contribuições sociais, para um total de R\$ 7,43 bilhões de faturamento. “Essa é uma brutal transferência de recursos do setor para o governo”, declarou. Como solução, Ozires sugeriu que as companhias aéreas paguem apenas impostos federais, diferente do que foi definido pela emenda constitucional nº 3, de 1993, que facultou a estados e municípios a cobrança de ICMS e de ISS sobre passagens aéreas e combustíveis.

— A aviação comercial é uma atividade econômica essencial e um serviço público de importância estratégica. O Brasil não pode ter um setor enfraquecido ou dependente. As empresas têm competitividade, infra-estrutura humana, capital e equipamentos. Não podemos jogar tudo isso fora neste momento — afirmou Ozires Silva.

Para Rolim, convencionou-se na imprensa que há uma crise na aviação comercial — postura que, conforme disse,

atende a interesses de quem quer a desnacionalização do setor e defende uma política de “céus abertos”, ou seja, desregulamentação total do setor. Ele observou que, apesar dos reveses, as empresas estão conseguindo prestar serviços adequados, ajudando a impulsionar o desenvolvimento do país.

— O setor fez o seu dever de casa, aumentou a eficiência, diminuindo seu custo operacional e repassando os resultados ao custo das passagens — afirmou Ozires Silva, que, por outro lado, apontou custos crescentes, como os preços das aeronaves, das taxas portuárias e de navegação.

**MERCADO INTERNACIONAL**  
Os empresários também reclamaram das condições de competição em rotas internacionais. Segundo eles, as empresas brasileiras estão enfraquecidas em relação a suas congêneres estrangeiras, principalmente pelos custos. Além disso, em alguns casos, disse Ozires, existe aporte de dinheiro de governos a empresas aéreas estatais, como é o caso da Air France, da TAP (Transportes Aéreos Portugueses), da Alitalia e da Iberia (Espanha). Finalmente, na Europa e nos EUA, a densidade do tráfego aéreo faz com que o setor ganhe em escala.

Rolim destacou ainda que os passageiros de vôos internacionais caíram, em parte, por causa do aumento das tarifas aeroportuárias instituídas pelo governo para desestimular a saída de turistas do país.

**A TAM pagou R\$ 1,89 bilhão em impostos, taxas e contribuições sociais, para um total de R\$ 7,43 bilhões de faturamento nos últimos 10 anos**



Rolim: está havendo “uma brutal transferência de reservas do setor para o governo”

### AS SUGESTÕES DAS EMPRESAS

- LIBERAÇÃO DO PREÇO DAS PASSAGENS
- LIBERAÇÃO DAS EMPRESAS PARA A DEFINIÇÃO DE ROTAS
- DEFINIÇÃO DE MECANISMOS REGULADORES DA OFERTA NO MERCADO INTERNACIONAL
- SIMPLIFICAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DE EQUIPAMENTOS
- INCENTIVO AO TURISMO RECEPTIVO
- CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO SOBRE INVESTIMENTOS FEITOS NOS AEROPORTOS (PROPRIEDADE DA UNIÃO)
- EXTINÇÃO DA ATAERO (ADICIONAL DE 50% SOBRE TARIFAS AEROPORTUÁRIAS)
- REFORMA TRIBUTÁRIA PARA QUE AS EMPRESAS AÉREAS PAGUEM APENAS IMPOSTOS FEDERAIS
- DEFINIÇÃO DE LIMITE DE ICMS SOBRE COMBUSTÍVEIS (EM CERTOS ESTADOS A ALÍQUOTA CHEGA A 30%)
- EXTINÇÃO DA INCIDÊNCIA DE 15% DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE REMESSA AO EXTERIOR DE PARCELAS REFERENTES AO PAGAMENTO DE LEASING

## TAM contrata 150 funcionários por mês. Varig reduz número de empregados

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), um dos parlamentares que participaram da audiência pública promovida pela CAE e pela CI, indagou aos presidentes da Varig e da TAM sobre a evolução dos empregos no setor. Ozires Silva disse que, na Varig, o número de empregados caiu de 22 mil para 15 mil nos últimos anos.

Para Ozires, a única forma de elevar o nível de empregos é aumentar os investimentos, o que depende da capitalização das empresas. Ele afirmou que “o que se observa, porém, é o contrário”.

Na TAM, o número atual de empregados é de seis mil, informou Rolim Amaro. Ele acrescentou que, em virtude do crescimento da empresa, vem contratando uma média mensal de 150 funcionários nos últimos dois anos.

Rolim disse respeitar o temor pelo desemprego expresso pela presidente do Sindicato Nacional de Aeronautas, Graziela Baggio. Lembrou, no entanto, que esse desemprego já existe, uma vez que funcionários de uma empresa não estão mais recebendo regularmente seus salários.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediu que Rolim Amaro explicitasse os obstáculos enfrentados pela aviação comercial brasileira. O presidente da TAM afirmou que as tarifas do setor aéreo no Brasil atingem 7,5% do faturamento, muito mais do que os 0,87% nos Estados Unidos e 1,5% na média do resto do mundo.

Para o senador Sérgio Machado (PSDB-CE), a questão da aviação comercial brasileira tem de ser

debatida como um todo, e não somente em discussões parciais sobre preços de passagens e tarifas. Lembrou que a economia brasileira corresponde a 10% da americana e, portanto, deveria haver no país 65 milhões de passageiros no transporte aéreo, frente aos 650 milhões nos Estados Unidos. Entretanto, segundo ele, essa soma não ultrapassa 35 milhões de passageiros anuais no Brasil.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) lembrou que o governo de seu estado vem investindo pesado na construção de aeroportos, como incentivo ao turismo. Ele lamentou o cancelamento de vôos para estas pistas e, reconhecendo as dificuldades legais existentes, pediu que fosse feito um grande esforço para que esses novos aeroportos não sejam subutilizados.

Por sua vez, o senador Agnelo Alves (PMDB-RN) ressaltou que o país não tem uma política para a aviação civil e parabenizou os presidentes da CAE e da CI, senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), pela iniciativa da reunião conjunta.



Ozires Silva: elevação do nível de empregos só com investimentos maiores

# Governo estuda compensação para vôos de baixo retorno

Diretor do DAC anuncia possibilidade de criação de adicional de 1% sobre as passagens aéreas, que seria aplicado na suplementação orçamentária de linhas de pequeno e médio potencial comercial na Amazônia Legal e no Nordeste

O diretor do Departamento de Aviação Civil (DAC), brigadeiro Venâncio Grossi, afirmou durante a audiência conjunta das comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura que o governo estuda um mecanismo para compensar os gastos operacionais em localidades de baixo e médio potencial comercial. Respondendo aos senadores pelo Amazonas Jefferson Péres (PDT) e Bernardo Cabral (PFL), Grossi admitiu a necessidade de suplementação orçamentária para o atendimento de localidades como, por exemplo, São Gabriel da Cachoeira e Benjamin Constant, cuja demanda não chega a cinco mil passageiros por ano.

Os presidentes da Varig, Ozires Silva, e da TAM, Rolim Amaro, apontaram exemplos de outros países em que sistemas de suplementação tarifária funcionam bem. O diretor do DAC anunciou que o governo trabalha com a possibilidade de instituir adicional de 1% sobre as passagens aéreas, que seria aplicado nas linhas de baixo retorno na Amazônia Legal e no Nordeste.

Diante de pergunta de Jefferson Péres sobre a transparência do processo de licenciamento do DAC, Grossi afirmou que todas as regras

estão disponíveis no *site* do órgão na Internet e que existem regras apenas para assegurar a segurança dos vôos, para averiguar se a infra-estrutura comporta o equipamento definido e se há ou não ameaça à ordem econômica que possa prejudicar os usuários (como práticas de monopólio ou *dumping*).

Cabral pediu que o governo tome as providências necessárias para que não ocorra a desnacionalização do setor. Para ele, as propaladas crises têm propósito e são manipuladas, e o país não pode ter uma aviação comercial dependente. Cabral quer também que haja mais incentivo ao turismo receptivo.

Em resposta, o presidente da Varig pediu aos congressistas maior participação na elaboração do projeto que cria a Agência Nacional de Aviação Comercial. Segundo Ozires, o governo anunciou que encaminhará a proposta ao Congresso em quatro semanas, mas as empresas não participaram de sua elaboração. Já o presidente da TAM criticou o anteprojeto de lei postal que dá aos Correios monopólio por cinco anos no transporte de cargas com peso inferior a dois quilos, que representa considerável fonte de receita para as empresas aéreas.



Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura fizeram audiência conjunta para avaliar os problemas da aviação comercial no país

Para o senador José Fogaça (PMDB-RS), o governo deve dar tratamento especial às empresas mais antigas, algumas das quais ex-estatais, que se estabeleceram em uma cultura de regulamentação diferente da atual. Rolim afirmou que o governo tem o poder de suspender a concessão precária de empresas que não conseguem se manter.

## Aviação comercial está sendo desregulamentada desde 1991

Em resposta à presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), o brigadeiro Venâncio Grossi, diretor do DAC, afirmou que o setor aéreo vem sendo progressivamente desregulamentado desde 1991, o que atenderia às demandas dos presidentes das empresas de aviação comercial.

Segundo Grossi, a intervenção do Estado nas tarifas é mínima. O DAC já não tem mais competência nesse setor, e o Ministério da Fazenda apenas estabelece um teto para os preços das passagens. Da mesma forma, continuou, a definição das rotas passou a ser problema gerencial das companhias, e a única exigência é a elaboração de estudos sobre

a demanda e disponibilidade de infra-estrutura aeroportuária.

Com relação à participação de representantes das companhias nas discussões sobre acordos bilaterais, Grossi manifestou o interesse do governo na colaboração dos empresários, que vêm fazendo parte das negociações e são convidados a integrar as delegações que discutem o assunto no exterior.

Diante da pergunta da presidente da CI se há possibilidade de desregulamentação total do setor e abertura do espaço aéreo para a aviação comercial estrangeira, o diretor do DAC afirmou não conhecer nenhum documento nesse sentido, citando apenas o acordo multilateral com os países do Mercosul.

## DAC defende liberação de tarifas aéreas

Ao defender, durante a audiência pública conjunta, a liberação das tarifas do setor, o diretor do DAC, brigadeiro Venâncio Grossi, observou que isso permitirá estabelecer preços distintos para horários de pico e os de menor movimento. Segundo ele, é preciso adotar políticas diferenciadas para quem opta pelo preço ou pelo horário de vôo.

O brigadeiro informou que o tráfego aéreo anual das mais de 10 mil aeronaves com registro no Brasil equivale apenas à movimentação de aviões nos três dias do feriado de Ação de Graças nos Estados Unidos. A frota brasileira, comparou, é a segunda maior do mundo, perdendo apenas para a americana. Para Grossi, o sucesso americano é derivado de tarifas diferenciadas. Ele chamou tam-



Para Grossi, liberação permite preços diferenciados conforme o horário

bém a atenção para a crescente importância do transporte de cargas na aviação comercial.

As afirmações de Grossi foram feitas em resposta a perguntas do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autor do requerimento para a realização da audiência pública conjunta sobre a aviação comercial brasileira. Ele lembrou que há no Brasil 22 companhias aéreas regulares, e as quatro grandes – Varig, Vasp, TAM e Transbrasil – têm menos de 300 aeronaves.

O dirigente do DAC disse que a entidade quer evitar a predominância de determinada empresa na divisão de horários de decolagem dos aeroportos. Citou o exemplo dos Estados Unidos, onde o Departamento de Justiça pretende voltar a regulamentar a

aviação civil, depois da constatação de que a predominância de determinadas empresas em alguns horários tornou os preços das passagens aéreas os mais altos dos últimos 50 anos.

O presidente da Empresa de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Fernando Perrone, destacou os R\$ 446 milhões previstos para investimentos em expansão de aeroportos este ano, cerca de R\$ 100 milhões a mais que no ano passado. Salientou, também, o crescimento estimado de 8% do número de passageiros transportados neste ano, que passará, em números absolutos, de 62 milhões para 67 milhões.

Perrone afirmou que a inadimplência das empresas para com a Infraero “está em níveis razoáveis e administráveis”. Ele lembrou que a criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) irá resultar na revisão do Código Brasileiro de Aeronáutica, quando serão refeitos os princípios regulatórios do setor.

## ACM apóia ação do Senado para encaminhar mudanças no setor

Apesar de não constar de sua agenda, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, prestigiou a audiência pública que passou a manhã debatendo os problemas da aviação comercial.

A sugestão apresentada pelos empresários, de que o Senado coordene o trabalho de audiências e formulação de propostas para a reestruturação do setor, ganhou apoio de Antonio Carlos. Essa ordenação seria útil, no seu enten-

der, já que a Casa recolheria subsídios amplos, de todos os segmentos, repassando ao governo uma visão do que deve ser feito.

O senador não apoiou, entretanto, o pleito de liberação de tarifas que as empresas apresentaram, pois confessou temer prejuízos para os usuários do transporte aéreo. Defendeu, no entanto, uma solução para o setor, lembrando que “avião é para voar e não para ficar parado no solo por falta de passageiro”.

# CAS vota hoje a criação da Agência Nacional de Águas

O prazo para a Comissão de Assuntos Sociais analisar a proposta, de autoria do Executivo e já aprovada pela Câmara, termina amanhã

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado vota hoje, a partir das 9h, projeto do Executivo que cria a Agência Nacional de Águas (ANA). O prazo para a comissão apreciar a proposta, já aprovada na Câmara dos Deputados, termina amanhã e, caso a comissão não delibere sobre o projeto, a matéria segue imediatamente para o Plenário do Senado para ser votada.

A criação da agência entra na pauta da comissão para ser votada, portanto, em regime de urgência. Além do projeto, que já tem parecer favorável do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), a comissão terá que apreciar onze emendas, entre as quais a que dá competência ao Senado para aprovar a nomeação dos membros da diretoria do novo órgão.

Caberá à Agência Nacional de Águas implementar a política nacional de recursos hídricos. De acordo com a proposta, a nova agência será uma autarquia especial, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

Entre as atribuições da ANA destacam-se a supervisão, controle e avaliação das ações e atividades decor-

rentes do cumprimento da legislação federal pertinente aos recursos hídricos e a fiscalização do uso da água em todo o país. Para Sérgio Machado, o projeto é de vital importância, "já que a água poderá vir a ter no próximo século a importância que o petróleo teve no século XX".

## TRANSGÊNICOS

Na mesma reunião, a CAS, presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), aprecia em caráter terminativo dois projetos que tramitam em conjunto. A proposta obriga os fabricantes de produtos transgênicos a estamparem em seus rótulos a advertência de que o consumidor está adquirindo produtos geneticamente modificados.

A obrigatoriedade se estende aos derivados de organismos alterados para uso animal ou em plantas. O relator da matéria, senador Leomar

Quintanilha (PPB-TO), é favorável ao projeto do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), por entender que se garante ao consumidor o direito de escolha. O outro projeto, de iniciativa do senador Romero Jucá (PSDB-RR), deverá ser prejudicado.

A comissão deve votar também projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que institui normas reguladoras do trabalho rural. Outro item previsto é o projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que regulamenta a profissão de radialista. Constam ainda da pauta da CAS a proposta que institui o programa nacional de habitação para mulheres que têm a responsabilidade de sustento da família e a que trata do ordenamento relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue e seus derivados.



A CAS também deve apreciar projeto que obriga a identificação de produto transgênico

# CCJ analisa piso salarial regional e restrição ao uso de armas de fogo

A limitação ao uso de armas de fogo, a proibição da propaganda de cigarros e bebidas e a criação de pisos salariais diferenciados pelos estados e Distrito Federal estão entre os temas da reunião, prevista para as 10h de hoje, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que tem 18 matérias na pauta.

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE), relator do projeto de lei que trata dos pisos salariais regionais para trabalhadores da iniciativa privada, servidores públicos estaduais e empregados domésticos, deverá apresentar parecer favorável à aprovação da matéria.

A comissão, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), apreciará também substitutivo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) a três projetos que restringem o uso de armas de fogo em todo o país. De acordo com o substitutivo, a venda de armas só será permitida para as Forças Armadas, polícias civil, militar e Federal, empresas de segurança privada, clubes de tiro e de caça, guardas florestais, agentes de trânsito, moradores de área rural, agentes encarregados da fiscalização ambiental e colecionadores, devidamente cadastrados.

Caso o projeto venha a ser aprovado, todas as armas de fogo de propriedade de particulares e munição deverão ser recolhidas às unidades das Forças Armadas, da Polícia Federal ou da Polícia Civil, no prazo de 360 dias a contar da data da vigência da lei.

Também estará em discussão substitutivo a projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que veda a propaganda de cigarros, derivados de tabaco e bebidas alcoólicas em todos os meios de comunicação. Em sua forma original, a proposta permitia a publicidade des-

ses produtos desde que acompanhada por contrapropaganda, financiada pelos fabricantes de cigarros e bebidas, alertando para os malefícios do fumo e do consumo exagerado de álcool. O relator da matéria, senador Jefferson Péres (PDT-AM), apresentou substitutivo proibindo toda forma de publicidade.

O projeto também proíbe a propaganda de derivados de tabaco e de bebidas alcoólicas por pessoas em trajes esportivos, em veículos de competição esportiva, locais de venda, artigos de *camping*, brinquedos, canetas, isqueiros, calendários, brindes e outros materiais promocionais, bem como o patrocínio de eventos de qualquer natureza por parte de marcas ou empresas produtoras desses produtos.

Estão incluídos na pauta da reunião os projetos de criação da Agência Nacional de Águas (ANA), com parecer favorável do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), e de gestão dos recursos humanos nas agências reguladoras, como a de Telecomunicações (Anatel), Energia Elétrica (Aneel), Petróleo (ANP), Vigilância Sanitária (ANVS) e Saúde (ANS). Volta a ser apreciado pela comissão o projeto que disciplina o uso de informações referentes a pessoas físicas e jurídicas em bancos de dados.

Além disso, pode ser votado o parecer do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) às duas emendas de Plenário apresentadas à PEC do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que amplia, de 65 para 70 anos, o limite de idade para nomeação de magistrados e ministros dos tribunais superiores, e de 70 para 75 anos a idade para aposentadoria compulsória dos servidores públicos e dos magistrados.



A pauta da CCJ traz também o projeto que proíbe a propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas nos meios de comunicação



A CPI que investiga o roubo de cargas ouviu empresários do transporte

## Prefeito de Vitorino Freire, no Maranhão, é denunciado

A Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que investiga o roubo de cargas recebeu ontem denúncias contra Juscelino Rezende, prefeito de Vitorino Freire (MA) e candidato à reeleição. De acordo com o deputado maranhense César Bandeira

(PFL), o prefeito já foi investigado pela CPI do Narcotráfico e seria o principal receptor de cargas roubadas no estado. A CPI decidiu chamar para depor, além de Rezende, o secretário de Segurança do Maranhão, Raimundo Coltrin, e os presiden-



tes das corretoras de seguros Pancary, APSUL, Disconal e Pull.

O relator da CPI do Narcotráfico, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), endossou as denúncias de César Bandeira e prometeu ao senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da CPI do Roubo de Cargas, colaborar liberando novas informações. O senador Moreira Mendes (PFL-RO) indagou aos presidentes dos sindicatos das empresas transportadoras, que participaram da reunião, por nomes de pessoas envolvidas com recepção de cargas e veículos roubados. Apesar da insistência do senador, os depoentes levaram apenas informações genéricas e dados estatísticos.



# CE aprova data nacional em homenagem à ciência

Senadores também acatam proposta que define 6 de junho como Dia Nacional de Luta contra Queimaduras

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, em decisão terminativa, projetos que instituem o Dia Nacional da Ciência e o Dia Nacional de Luta contra Queimaduras. Também foram votados em caráter terminativo projetos que dão nova denominação a duas rodovias do estado de Roraima.

Acatado o texto original do deputado federal Marcelo Déda (PT-SE), fica estabelecido o dia 8 de julho, data de fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), para comemoração do Dia Nacional da Ciência. Ao ler o parecer favorável da relatoria, a senadora Marina Silva (PT-AC) considerou "louvável" a idéia de reverenciar a produção científica com uma data simbólica. Posição contrária foi expressada pelo senador Djalma Bessa (PFL-BA) — com apoio dos senadores Agnelo Alves (PMDB-RN) e Bello Parga (PFL-MA) —, que não acredita nos "efeitos jurídicos" do projeto.

Coincidentemente, a proposta de criação do Dia Nacional de Luta contra Queimaduras, de autoria do senador Lúcio Alcântara

(PSDB-CE), obteve o aval da CE na data indicada para seu transcurso: 6 de junho. De acordo com parecer do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), também fica instituída a Semana Nacional de Prevenção e Combate a Queimaduras.

Dois projetos de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) — o que denomina "Governador Aquilino Mota Duarte" trecho da rodovia BR-210 e o que intitula a BR-401 de "Rodovia Governador Ene Garcez", ambas localizadas em Roraima — receberam a aprovação da CE. A apreciação da segunda proposta gerou polêmica, já que projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) denominava "Rodovia

Sylvio Lôfego Botelho" trecho da mesma BR-401. Apesar da decisão da comissão ser terminativa, Jucá anunciou a apresentação de requerimento, em Plenário, para tramitação conjunta dos projetos.

Ao final da reunião, o presidente da Comissão de Educação, senador Freitas Neto (PFL-PI), divulgou a composição do grupo de trabalho criado para estudar as questões relacionadas ao ensino superior, conforme requerimento de autoria do senador Agnelo Alves. Além do autor, integram o grupo os senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Geraldo Althoff (PFL-SC), Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Emilia Fernandes (PDT-RS).



Rocha (à esquerda) relatou o projeto que cria o Dia de Luta contra Queimaduras, aprovado, por coincidência, na data prevista para seu transcurso, 6 de junho

## Acolhidos projetos de concessões de emissoras

Na reunião de ontem, a Comissão de Educação aprovou a outorga de concessão à empresa Gonçalves e Marchetti para exploração de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Primavera do Leste, em Mato Grosso. Na oportunidade, o relator da proposta, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), reivindicou o exame extrapauta do ato de outorga de permissão à Rádio Paraguaçu Paulista FM para exploração de serviço de frequência modulada na cidade de Paraguaçu Paulista, em São Paulo. A matéria foi acatada apenas com a abstenção do senador Geraldo Cândido (PT-RJ).

A comissão também referendou parecer favorável do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) aos projetos que renovam a permissão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Rocio e à Sociedade Rádio Princesa para

exploração de radiodifusão sonora em frequência modulada nas cidades paranaenses de Curitiba e Francisco Beltrão, respectivamente. Também foram aprovados pareceres pela renovação da concessão outorgada à Rádio e Televisão Iguazu, retransmissora do SBT em Curitiba; à Sociedade Rádio Ibitinga, operadora de radiodifusão em ondas médias em Ibitinga, São Paulo; e à Sociedade Rádio Meteorologia Paulista, que explora serviço de rádio em onda tropical, também em Ibitinga.

Retirado de pauta, o projeto da Câmara que equipara a atividade de peão de rodeio à de atleta profissional gerou debate quando da aprovação de requerimento da senadora Marina Silva (PT-AC). Antes da votação da matéria, a senadora pleiteou a realização de uma

audiência pública com a presença de representantes dos peões e promotores de rodeio, da Sociedade Mundial para a Proteção de Animais, do Ministério Público e do autor do projeto, deputado federal Jair Meneguelli (PT-SP).

Embora se mostre sensível à proteção dos direitos trabalhistas dos peões, Marina Silva pondera que não se pode discutir a legalização da atividade ignorando denúncias de torturas praticadas contra os animais. A iniciativa da senadora teve o apoio dos senadores Geraldo Cândido, Sebastião Rocha (PDT-AP) e Agnelo Alves (PMDB-RN), e com ressalvas dos senadores Jonas Pinheiro, Bello Parga (PFL-MA), Djalma Bessa (PFL-BA) e Romeu Tuma (PFL-SP), lembrando que leis de proteção a animais já prevêem penas em casos de maus-tratos.

Paulo Américo Wolowski (ao lado de José Sarney e Pedro Piva) é indicado para embaixador do Brasil em Gana



## CRE apóia pedido à Unesco para que cidade de Goiás seja Patrimônio da Humanidade

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem requerimento do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que solicita manifestação de apoio oficial do Senado Federal, junto à Unesco, para que a cidade de Goiás, antiga capital do estado, seja considerada Patrimônio da Humanidade. O presidente da comissão, senador José Sarney (PMDB-AP), leu o relatório favorável do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que foi aprovado por unanimidade.

A comissão aprovou também a indicação de Paulo Américo Veiga Wolowski para o cargo de embaixador do Brasil em Gana

e, cumulativamente, nas repúblicas africanas do Togo e Burkina Faso. Na sua exposição, o diplomata informou que uma das primeiras ações em Gana, caso seu nome seja referendado pelo Plenário do Senado, será a recuperação, com apoio da Unesco e do Itamaraty, da *Brasil House*, casa de tradições brasileiras fundada em 1850 por ex-escravos que retornaram àquele país. A matéria segue para apreciação do Plenário.

Na mesma reunião, a comissão aprovou o texto final da Convenção Interamericana contra a Corrupção, concluída em Caracas, Venezuela.

## Freire apela por diálogo entre governo e professores em greve

O senador Roberto Freire (PPS-PE) fez um apelo ao Ministério da Educação para abrir o diálogo com os professores do ensino médio e universitário que estão em greve, "para acabar com essa situação de intolerância que somente leva a episódios lamentáveis de violência, resultando na radicalização das posições de cada lado e no desgaste da própria democracia".

Segundo Freire, não é possível aceitar que o governo fique "encastelado", negando-se a negociar. Ele argumenta que diálogo não significa aceitação das reivindicações. "Também não é possível aceitar a tese de que os grevistas, professores universitários, não sejam capazes de defender suas idéias e dialogar com o ministério sobre uma pauta de rei-



Para Roberto Freire, é preciso acabar com "situação de intolerância"

vindicações", argumentou.

O senador disse que a responsabilidade é de todos, independente de posição política ou partidária. "Cabe ao governo propor a abertura do diálogo, e quanto mais cedo, melhor", salientou.

# ACM pede apoio para o orçamento impositivo

Proposta de emenda constitucional acaba com a possibilidade de descumprimento da lei orçamentária pelo Executivo

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu ontem, em Plenário, o apoio indistinto de todos os senadores à sua proposta de emenda à Constituição (PEC) e a seu projeto de resolução que transformam o Orçamento Geral da União em impositivo e determinativo. Segundo o



Antonio Carlos pretende impedir a votação do Orçamento fora do prazo

parlamentar, o Congresso Nacional não pode mais conviver com um orçamento que é sempre descumprido e votado fora dos prazos, como também não deve permitir que o Executivo promova cortes nos recursos orçamentários ou nos projetos apresentados por senadores e deputados "conforme sua conveniência ou interesse da hora".

O presidente do Senado acrescentou que a proposta visa, sobretudo, "dar maior força ao Legislativo". E, nesse sentido, quer que o Legislativo determine onde os recursos orçamentários serão aplicados, embora seja o Executivo que estabeleça as receitas.

– Se há uma crise econômica, chama-se a Comissão de Orçamento, que é mista, e ela, com o Executivo, faz os cortes indispensáveis. Se há superávit, a Comissão de Orçamento é chamada para ver como se vão empregar esses recursos na atividade pública – salientou.

## Mineiros apresentam plano sobre segurança pública

O presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Anderson Aduato (PMDB), entregou ontem à noite ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, um documento que está sendo discutido nos municípios mineiros com propostas do Legislativo sobre segurança pública. Entre as sugestões está a criação do Fundo Estadual de Segurança Pública, destinado a financiar projetos de modernização das polícias Civil e Militar e do Cor-

po de Bombeiros. O senador disse acreditar que a oposição deva ser uma das mais beneficiadas com a aprovação da proposta, pois, em matéria orçamentária, permitirá "a igualdade de oportunidades para todos que se elegeram". Ele explicou que o orçamento impositivo irá acabar, por exemplo, com o

contingenciamento dos recursos, que muitas vezes são politicamente liberados dependendo da força do parlamentar ou do momento em que o governo precisa do deputado ou senador.

Dentre as várias sugestões apresentadas, o presidente do Senado destacou ainda a renovação, pelas bancadas federais, de dois em dois anos, dos integrantes da Comissão Mista de Orçamento, de maneira a não criar a figura do parlamentar "dono do orçamento".

Antonio Carlos disse acreditar que sua PEC "deve interessar inclusive ao governo". O senador manifestou confiança em que sua emenda terá as assinaturas necessárias para tramitar, inclusive com o apoio dos parlamentares da base de sustentação do governo no Legislativo.

Nos termos atuais, o Congresso aprova a lei orçamentária, autorizando o governo a executá-la. Essa autorização não implica uma efetiva execução de todas as obras e investimentos ali con-

signados. O Executivo pode congelar verbas e projetos, além de realizar cortes.

O presidente do Congresso Nacional disse que não tem a intenção de vingar-se ou de prejudicar o atual governo, admitindo que sua proposta seja implantada daqui a dois anos. Ele entende, também, que ela deva ser modificada e melhorada "pela inteligência" dos parlamentares no Senado e na Câmara, ao longo de sua tramitação.

– Não é como se vota hoje o orçamento que teremos um orçamento correto para esse país. Nós temos que fazer também o *mea culpa* e dizer que vamos fazer um novo trabalho orçamentário dentro da vontade nacional e, sobretudo, dentro da dignidade parlamentar. Essa é uma obra que o Congresso Nacional não pode deixar de fazer – concluiu.

## AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

- Tornar obrigatória a execução das leis orçamentárias
- Justificação: evitar que o governo altere a programação aprovada pelo Congresso, por meio de cortes de verbas, atraso na liberação de recursos ou congelamento de projetos
- Encerrar a sessão legislativa somente após a votação do Orçamento
- Justificação: fazer com que o Orçamento represente de fato o programa de trabalho do governo, devendo estar aprovado a tempo de o Executivo implementá-lo já nos primeiros dias do exercício financeiro
- Vedar a ocorrência de programação genérica ("projetos guarda-chuvas")
- Justificação: impedir que a alocação de recursos para projetos em nível nacional possibilite ao Executivo determinar o destino dos verbas provocando ainda mais desigualdades regionais
- Proibir novas programações no Orçamento antes de serem contemplados adequadamente os projetos em andamento
- Justificação: impedir a proliferação de obras paralisadas, grande fonte de desperdício dos recursos públicos. Levantamento parcial indica que há atualmente 2.214 obras paradas
- Vedar a ocorrência de receitas condicionadas nas leis orçamentárias
- Justificação: impedir que se fixem despesas com base em previsão de receitas constantes de textos legais ainda não aprovados ou aprovados, mas com vigência prevista para o exercício seguinte ao do Orçamento
- Alterar os prazos para apreciação dos projetos do Orçamento, da LDO e do PPA
- Justificação: dar mais tempo ao Congresso para apreciar a proposta do Executivo. No caso do Orçamento, o prazo para envio da proposta do Executivo passaria de 1º de setembro para 31 de maio

**MEIO-DIA**  
2000

**CINEMA**

ENTRADA FRANCA

Junho

**07/06**

**07/06 - "Anna e o Rei" (Anna and the King), romance, filme de Andy Tennant, 2000. Com Jodie Foster, Chow Yun-Fat, Bai Ling, Tom Felton, Keith Chin e Syed Alwi.**  
A professora inglesa Anna Leonowens vai para o Sião ensinar os 58 filhos do Rei Mongkut, que é endeuado pelo seu povo. Vencendo preconceitos de ambos os lados, Anna e o Rei compartilham de uma ligação cada vez mais forte.

**14/06**

**14/06 - "Ecos do Além" (Stir of Echoes), suspense, filme de David Koepp, 2000. Com Kevin Bacon, Kathryn Erbe, Illeana Douglas, Liza Weil, Kevin Dunn e Conor O'Farrell.**  
O filme conta a história de uma perigosa viagem de Tom Witzky, um homem cético, que se vê transformado a partir de evidências de que forças sobrenaturais realmente existem.

**21/06**

**21/06 - "Como Enlouquecer seu Chefe" (Office Space), comédia, filme de Mike Judge, 1998. Com Ron Livingston, Stephen Root; Jennifer Aniston, Gary Cole e Ajay Naidu.**  
Estressado com o trabalho, Peter resolve fazer terapia e descobre que o cotidiano é seu grande inimigo. Numa reviravolta surpreendente, suas atitudes francas acabam levando-o a ser promovido, para seu desespero.

**28/06**

**28/06 - "À Espera de um Milagre" (The Green Mile), drama, filme de Frank Darabont, 2000. Com Tom Hanks, David Morse, Bonnie Hunt, James Cromwell e Graham Greene.**  
Paul Edgecomb, guarda do corredor da morte, desenvolve um relacionamento incomum e comovente com um preso que possui um dom ao mesmo tempo mágico, misterioso e miraculoso.

Realização:

**TODA QUARTA-FEIRA - 12H**

SENADO FEDERAL  
AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELLA

Apoio:  
Warner Bros.  
20th Century Fox

Informações: SSRP - Subsecretaria de Relações Públicas - (0XX61) 311-1069 / 311-3388  
e-mail: [ssrp@senado.gov.br](mailto:ssrp@senado.gov.br)

## Lauro fala na TV Senado sobre trabalho escravo

Os responsáveis pela submissão de trabalhadores à condição de trabalho escravo poderão ter a pena mínima aumentada de dois para três anos. A mudança tornaria o crime inafiançável. O senador Lauro Campos (PT-DF) apresentou projeto neste sentido e fala sobre o tema em entrevista que a TV Senado exibe hoje às 3h30, 7h30 e 20h30.

De acordo com a legislação atu-



al, a pena prevista para os responsáveis por reduzir seus empregados à condição análoga de escravo é de dois a oito anos de reclusão. No entanto, conforme o Código Penal, a aplicação de uma punição de dois anos permite a concessão de fiança. A intenção do senador é tornar inafiançável "esse crime nefasto, contribuindo para maior impacto da persecução penal".

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h30 – *Debate*: Sen. José Fogaça e Eustáquio J. Ferreira, da Associação Brasileira de Provedores, falam sobre acesso à Internet  
7h30 – *Entrevista*: Sen. Lauro Campos fala sobre trabalho escravo  
8h – *Jornal do Senado*  
8h30 – *TV Escola* – Direitos humanos: violência sexual  
9h – Comissão de Assuntos Sociais (vivo)  
Logo após: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
14h30 – Sessão Plenária (vivo)  
18h30 – *Entrevista*: Sen. Ricardo Santos fala sobre desenvolvimento econômico  
19h – *Cores do Brasil*: Turismo no interior do Amazonas  
19h30 – *Debate*: Sen. José Fogaça e Eustáquio J. Ferreira, da Associação Brasileira de Provedores, falam sobre acesso à Internet

20h30 – *Entrevista*: Sen. Lauro Campos fala sobre trabalho escravo

21h – *Jornal do Senado*

21h30 – CPI do Roubo de Cargas (gravado)  
Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h – *Agenda Senado*  
Em seguida – Música e informação  
9h – Comissão de Assuntos Econômicos  
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida – Música e Informação  
19h – *A Voz do Brasil*  
Em seguida – Música e informação  
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste  
Em seguida – Música e informação  
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida – Música e informação  
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste  
Em seguida – Música e informação  
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

## Município do Oiapoque pode ser transformado em território

Proposta que será apresentada pelo senador Sebastião Rocha pretende garantir maior segurança à fronteira norte do país

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou ontem que apresentará projeto de decreto legislativo convocando plebiscito para que a população do Oiapoque (AP) se manifeste sobre a transformação do município em território federal. Com estudos já bastante avançados, segundo o parlamentar, a proposta abarca, além do Oiapoque, a área paraense da serra de Tumucumaque.

Na opinião do senador, o novo território federal, além de assegurar maior segurança e proteção à fronteira norte do país, permitirá direcionar os recursos necessários à pavimentação da BR-156 e à construção da ponte sobre o rio Oiapoque, conforme compromisso assumido por Fernando Henrique Cardoso junto ao governo francês. Segundo Sebastião Rocha, o governo brasileiro firmou parceria com a França e a União Européia através da Guiana Francesa, assumindo a construção da ponte binacional.



– A França conclui sua parte este ano – disse, ao passo que os governos federal e do Amapá nada investiram do total de R\$ 6 milhões que caberia a eles – observou.

Pior, acrescentou o senador, é que a rodovia que leva à ponte não apresenta condições de tráfego nos poucos trechos asfaltados, por conta das chuvas de inverno que isolaram o município do Oiapoque.

Nos seis anos de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, lamentou, a rodovia “não recebeu um metro sequer de asfalto”.



Rocha: a proposta abarca também a serra de Tumucumaque

## Moreira Mendes solicita ao governo a reativação da Rádio Nacional da Amazônia

Pedido para que sejam reativados os dois transmissores da Rádio Nacional da Amazônia, que, por estarem danificados, obrigaram a emissora a sair do ar, foi enviado pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO) à direção da Radiobrás. “Espero que a direção da empresa



Moreira afirma que a população da Amazônia quer a volta da emissora

tome as medidas necessárias para visitar o interior do meu estado, principalmente a zona rural, sem que eu

àquela gente esse prazer, que, por pequeno que possa parecer, é de grande significação no dia-a-dia daquele povo.”

– Sou testemunha da importância que as transmissões dessa rádio têm sobre a população da Amazônia. Não há uma única vez que

seja questionado por que a Rádio Nacional saiu do ar. E são muitos os apelos para que eu interceda junto ao governo federal de modo a fazer a Rádio Nacional voltar ao ar.

O senador também comunicou a sanção, pelo governador de Rondônia, da primeira lei de zoneamento socioecológico do país. Segundo ele, a lei possibilitará que o governo do estado coordene toda a ocupação territorial de Rondônia, assegurando que 78% do território terá as florestas preservadas.

## Tebet anuncia criação de vara ambiental

A cidade de Corumbá (MS) irá sediar, a partir da próxima sexta-feira, a primeira vara judicial do país dedicada a ações envolvendo problemas ambientais. O anúncio foi feito ontem pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que elogiou a iniciativa da Justiça Federal da 3ª Região e do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Tebet disse que Corumbá é o portal de entrada do Pantanal Mato-Grossense, a maior planície inundável do planeta e que abrange mais de 200 mil quilômetros quadrados. Segundo o senador, o Pantanal, como a Amazônia,

necessita receber investimentos destinados a proteger o seu meio ambiente dentro da ótica de desenvolvimento sustentável.

A criação da vara ambiental, na avaliação de Tebet, é uma demonstração de que o país está ampliando a consciência ecológica. O senador chamou a atenção para o fato de que o Brasil é habitual respeitador e signatário dos acordos internacionais para preservação do meio ambiente



Tebet: a primeira vara ambiental do país será em Corumbá

– “ao contrário dos Estados Unidos” –, tendo subscrito a Convenção do Clima e a Convenção da Biodiversidade, além de ter sediado a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, em 1992.

– Mesmo em relação ao acelerado desmatamento da Amazônia, o ritmo de destruição é inferior ao das florestas tropicais de outros países, sobretudo os asiáticos – disse Tebet.

### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

# Hartung critica plano de segurança do governo

Senador considera “tímido” o programa “Brasil diz não à violência” e propõe quebra do sigilo bancário de pessoas envolvidas com o narcotráfico, força-tarefa especial contra a violência e mais investimento no desenvolvimento urbano

O programa “Brasil diz não à violência – Plano Nacional de Segurança Pública”, que deverá ser apresentado pelo governo nos próximos dias e prevê o reaparelhamento das polícias Federal e estaduais, além da valorização do profissional de segurança pública, foi considerado pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES) “tímido e insuficiente”.

Ele sugere outras soluções para enfrentar a violência, como a quebra de sigilo bancário de pessoas envolvidas com o narcotráfico ou a criação de mecanismos que impeçam o uso do dinheiro do crime organizado na eleição de parlamentares. Defendeu ainda o fim da imunidade parlamentar na sua forma atual, além da criação de uma força-tarefa reunindo representantes do Ministério Público, da Polícia Federal, do Banco Central e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras para fiscalizar e punir infratores.

Outra sugestão é que o governo reúna especialistas para apresentar diretrizes e estudar experiências bem-sucedidas, inovadoras e vitoriosas de redução de criminalidade em outros países e adaptá-las à nossa



Hartung quer impedir o uso de dinheiro do crime organizado para eleger parlamentares

realidade.

– O problema da violência, assim como da impunidade ligada ao tráfico de drogas, de armas e à corrupção e o seu entrelaçamento com as autoridades públicas, é um desafio. Coloca uma interrogação na mente do cidadão sobre se vale a pena pagar impostos e ter governo. Todos nós do Legislativo, Judiciário e Executivo temos que provar que sim – afirmou o senador.

Na avaliação dele, outra forma de diminuir os índices de violência seria a criação de uma política

nacional de desenvolvimento urbano. Hartung disse que o governo federal não investe em saneamento básico há mais de dois anos e, além disso, não apresenta uma política de urbanização de favelas nem encara o caos do transporte público. Ele destacou que 125 milhões de brasileiros, 78,4% da população, vivem em centros urbanos, a maioria sem qualquer planejamento urbano e com insuficiência de recursos para as áreas de saneamento, habitação, transportes e segurança.

Em aparte, José Alencar (PMDB-MG) afirmou acreditar que o problema da violência será solucionado quando o Brasil retomar o crescimento econômico. Tião Viana (PT-AC) destacou que o discurso de Hartung é “um grito de insatisfação contra a situação de violência em que vivem os brasileiros”.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) encampou o repúdio, manifestado por Hartung, às agressões sofridas pelo governador de São Paulo, Mário Covas, e pelo ministro da Saúde, José Serra, enquanto o senador Lauro Campos (PT-DF) lamentou qualquer tipo de violência, inclusive aquela praticada pelo governo.

## População deve participar da formulação de políticas públicas, diz Lúcio Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) manifestou apoio ao controle social como forma de melhorar a prestação dos serviços públicos, principalmente na área de saúde. Ele participou no último fim de semana da abertura da V Conferência Municipal de Aracati, no Ceará, onde tratou de questões relativas a este tema.

O controle social, explicou o senador, é a participação da sociedade em decisões sobre assuntos de interesse geral nas áreas de saúde, meio ambiente, educação e outras, visando à melhoria da qualidade de vida e ao pleno exercício da cidadania.

– O controle social é o poder legítimo utilizado pela população para fiscalizar a ação dos governantes, indicar soluções e criar planos e políticas em todas as áreas de interesse social

– afirmou Lúcio Alcântara.

A saúde pública no Brasil foi o tema no qual o senador se concentrou. A Constituição de 1988, disse, estabeleceu como diretriz do Sistema Único de Saúde (SUS) a participação da comunidade, dando oportunidade para a população decidir, fiscalizar e controlar os rumos da saúde pública.

Os conselhos municipais de Saúde, afirmou, são os únicos órgãos controladores das atividades do SUS. Porém, acrescentou, nem sempre funcionam na prática. Alcântara disse que esses conselhos devem procurar soluções mais democráticas em benefício da população, propondo políticas públicas, avaliando-as e controlando-as.

– A lei pode ser favorável ao cidadão, mas a sua aplicação ainda está longe de ser razoável. A exclusão social, com a marginalização



Alcântara considera “longe do razoável” o controle social sobre serviços públicos como os de saúde

de imensas camadas da população faz com que a grande maioria dos brasileiros não tenha acesso sequer a condições dignas de vida – pensa o senador.



Alencar defendeu a aprovação da reforma tributária para “diminuir esse cipoal de impostos que onera as empresas”

## José Alencar faz apelo por valorização das empresas nacionais

O senador José Alencar (PMDB-MG) fez ontem um apelo para que haja maior valorização das empresas nacionais, argumentando que somente o crescimento econômico pode assegurar o bem-estar da população. Segundo ele, não se trata de subsidiar as empresas, mas de dar a elas condições de competir internacionalmente para poderem crescer.

– Precisamos aprovar, com urgência, a reforma tributária para diminuir esse cipoal de impostos e taxas que onera as empresas, dificultando seu crescimento. Também precisamos acabar com essa subserviência crônica ao endividamento internacional, cujo pagamento compromete 15% do nosso PIB (Produto Interno Bruto) – observou.

Para Alencar, a estabilidade econômica e inflação baixa não podem ser consideradas como finalidades a serem obtidas por um governo, mas apenas “meios para facilitar o crescimento econômico que gera riqueza e traz justiça social e o bem-estar da população”. E completou:

– Isso somente se consegue através do fortalecimento das empresas estatais e privadas. O governo precisa poupar para poder investir nas empresas, ao

invés de ficar pagando dívidas. POÇOS RASOS

O senador por Minas Gerais lembrou as críticas que um velho professor seu, da Columbia University, fez aos políticos brasileiros quando deu aulas em 1971, no Brasil. De acordo com José Alencar, o professor conhecia bem o país, embora fosse russo, naturalizado norte-americano. De acordo com esse pesquisador, disse Alencar, o político era como um mar largo de conhecimentos, mas raso, enquanto o técnico era como um poço profundo de especialização, mas sem amplitude de visão. “No Brasil, porém, há muitos poços rasos tomando decisões políticas”, afirmou, citando o professor.

Em aparte, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) observou que a persistência da política de juros altos pode matar a produção no país. Também em apartes, os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Ramez Tebet (PMDB-MS) concordaram com a necessidade de fortalecer as empresas nacionais. Para o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) o presidente Fernando Henrique Cardoso deveria dar um novo rumo ao seu governo “parando de ouvir os economistas”.